



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

**ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO
ECOLÓGICA DE TAMOIOS**

Às 14h30min do dia 14 de novembro deu-se início a V Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião, os conselheiros: Capitão de Corveta Germano Teixeira da Silva (Delegacia da Capitania de Portos e Costas/Marinha do Brasil); Cynthia Vanderlinde Tarrisse (IPHAN); Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo); Stainer Peixoto Braga (Instituto Ambiental da Costa Verde); César Romero Stanisce Dutra (Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente/Paraty); Grazielle Zacaro (indicada por ofício como representante do IEF para esta reunião); Álvaro Seconeri (indicado por ofício como representante da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis para esta reunião); Sérgio Santos da Fonseca (Assoc. Moradores da Prainha); Regina Romeiro (Assoc. Moradores da Prainha); Jorge Paulo Ramiro (Colônia de Pesca Z 18/Paraty); Luciano O. Vidal (AMAPAR); José Rafael Ribeiro (SAPE); Julio César Avelar (AMBIG); Giovanni Carlo Bloise (Eletronuclear); João Luiz Victal (Bioma/Bemar); Sylvia de Souza Chada (ESEC Tamoios) e Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios).

Também estavam presentes, os convidados: André Luiz (Secretaria de Pesca de Angra dos Reis); Osvaldo José Branco (IACV); Leandro Gonçalves. (ESREG Sul Fluminense/IBAMA), Ubiraci Feitosa (ESREG Sul Fluminense/IBAMA); Ginálvia Manuella de Paula (estagiária UBM); Esequiel Batista dos Santos (Corpo de Bombeiro Militar); Joás da Silva Souza (morador do Perequê); Ricardo G. Donato (Eletronuclear/GMA.G); Silvia Silva Peixoto (ESEC Tamoios).

Justificaram ausência: Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; COMAMP/Paraty; SEAP/PR.

Não justificaram a ausência: APA de Cairuçu; Associação de Turismo da Costa Verde – ATCV; Colônia de Pesca Z 17/Angra dos Reis, Associação de Moradores de Tarituba, Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba.

A chefe da ESEC de Tamoios, Sylvia Chada, iniciou a reunião apresentando a pauta que consistia em: Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior (13 de junho); Informes da ESEC Tamoios e dos Conselheiros; Manifestação do conselho a respeito do processo de licenciamento ambiental de Angra 3; Avaliação de 2007 e propostas de atividades para 2008 e agenda.

Inicialmente, Sylvia dá as boas vindas e sugere uma rodada de apresentação dos participantes. Adriana procede à leitura da ata da IV reunião ordinária, sendo esta aprovada por todos com apenas uma ressalva: a Associação de Moradores da Prainha de Mambucaba (AMPM) entregou o ofício de indicação do conselheiro titular e suplente naquela reunião. Iniciando os informes, Sylvia falou sobre o projeto da ESEC Tamoios "CENTRO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS: CONTRIBUINDO COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE", elaborado em parceria com representantes do conselho, que está concorrendo ao Edital 01/2007, da Fundação SOS Mata Atlântica - *Criação e Consolidação de Unidades de Conservação Marinhas - Programa para a Conservação Das Zonas Costeira e Marinha Sob Influência do Bioma Mata Atlântica - Programa Costa Atlântica*".

Atualmente a ESEC Tamoios aguarda o resultado. Com relação a casa construída na Ilha Queimada Pequena, ilha integrante da ESEC Tamoios, Sylvia informa que o responsável pela construção já foi identificado e devidamente autuado. A UC aguarda o prosseguimento deste processo para efetuar a demolição da obra. Sylvia apresentou ao conselho o primeiro material informativo da ESEC Tamoios, elaborado com recursos de uma condicionante de Licença Ambiental da Boate Privilege, localizada em Angra dos Reis. Explicou que, apesar do processo de licenciamento ser da competência do Estado (FEEMA), segundo a CONAMA 13/90, nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota deverá ser obrigatoriamente licenciada, sendo que este licenciamento só será concedido mediante autorização do responsável pela administração da Unidade de Conservação. Assim, a fim de verificar possíveis impactos ambientais afetos à biota da ESEC Tamoios, uma equipe composta por três analistas ambientais do IBAMA procedeu vistoria na Ilha de Cunhambebe-Mirim, no dia 20 de janeiro de 2007, constatando tecnicamente que o empreendimento não afetaria a biota da ESEC Tamoios, desde que fossem adotados determinados cuidados. Estes cuidados foram expostos em forma de condicionantes da autorização (anuência). Falou também que, dentre as condicionantes, constam também as placas informativas para as ilhas da ESEC que deverão ser instaladas em breve. Lembrou, no entanto, que como a Secretaria de Patrimônio da União cancelou a inscrição de ocupação da ilha, a boate corre o risco de não vir a funcionar e talvez o restante dos itens da condicionante não possam ser concluídos. Com relação à solicitação da ESEC à Delegacia da Capitania dos Portos de Angra dos Reis, feita em junho deste ano, para que fosse providenciado o cancelamento das licenças das poitas instaladas na área marinha da ESEC Tamoios em frente ao Empreendimento Blue Tree Park, o Comandante Germano disse ter enviado para a Diretoria de Portos e Costas um documento sobre a situação. Disse que aguarda um posicionamento da DPC. Lembrou que, atualmente, estas poitas se encontram licenciadas e obtiveram o “nada opor da Marinha”. Adriana lembrou que na NORMAN 11 consta que para qualquer obra (inclusive bóias de amarração de embarcação) localizada em unidade de conservação, a Autoridade Marítima só deveria emitir parecer mediante conhecimento de parecer prévio favorável do órgão ambiental competente, no caso, do IBAMA, o que não ocorreu neste caso. O Cmte Germano disse que as licenças destas poitas vencerão em 2008. Sugeriu que o ideal seria que a ESEC Tamoios aguardasse que este prazo vencesse. Disse que recomendaria ao próximo delegado que estas licenças não fossem renovadas. Com relação ao Campeonato Brasileiro de Foto Sub (Fotografia Subaquática), Sylvia informou que este aconteceria com apoio da ESEC Tamoios entre os dias 15 e 18 próximos. Passando para os informes dos conselheiros, o Sr. Almir Tã disse concordar que as ilhas sejam Estação Ecológica, mas que os pescadores reclamam da faixa marinha de 1.000 metros, onde é proibido pescar. Sylvia lembrou que esse assunto sempre é levantado nas reuniões e que é importante lembrar que a ESEC Tamoios é uma Unidade essencialmente marinha e que devemos cumprir a legislação ambiental. Sylvia informou que a ESEC participou do Clean Up Day, ocorrido no dia 22 de setembro e que foi realizada uma reunião com as operadoras de mergulho de Angra dos Reis e Paraty no dia 23 de outubro. Disse que o setor de mergulho, apesar de não possuir ainda cadeira no Conselho, poderá participar ativamente das Câmaras Temáticas.

Seguindo a pauta, deu-se prosseguimento ao processo de construção da Manifestação do Conselho Consultivo sobre a Usina Nuclear de Angra 3. Sylvia falou sobre a importância da construção de consensos no conselho e iniciou a apresentação sobre o documento da manifestação, que foi elaborado com base nas considerações iniciais do IPHAN e da SAPÊ. O Sr. Stainer, do IACV, falou sobre a importância de saber se os conselheiros estão de acordo com a elaboração deste documento. Sylvia disse que o assunto em questão já havia sido aprovado na última reunião pelos presentes. A discussão prosseguiu com várias manifestações dos presentes. Sylvia lembrou que o SNUC (Lei 9.985/00) e o decreto que o regulamenta estabelecem, dentre as competências dos conselhos consultivos, manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação e em sua zona de amortecimento. Lembrou também que o regimento interno aprovado pelo Conselho da ESEC Tamoios também dispõe que compete ao Conselho manifestar-se. O Sr. Oswaldo do IACV, falou da importância de se

fundamentar as questões do documento antes de se manifestar. O Sr. Ricardo, da Eletronuclear, falou que esta manifestação deveria ser realizada durante as audiências públicas e não enviada para a Diretoria de Licenciamento do IBAMA. Acrescentou, ainda, que manifestações são sempre válidas. O Sr. Vidal, da AMAPAR, lembrou que os representantes do IBAMA (APA Cairuçu, ESEC Tamoios, Escritório Regional Sul Fluminense e Superintendência do IBAMA do Rio de Janeiro) não estavam nas audiências públicas quando elas aconteceram e que havia apenas uma representante de Brasília, sendo que a mesma não sabia responder aos questionamentos dos participantes. O Sr. Giovanni informou que acontecerá uma nova audiência pública na Cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de novembro e manifestou-se dizendo que achava que a Eletronuclear não tinha que participar da construção do documento. Sylvia perguntou se era consenso entre os conselheiros da necessidade do Conselho se manifestar e se os participantes entendiam que esta manifestação não se tratava de ser contra ou a favor do empreendimento. Como ninguém foi contrário às questões levantadas, Sylvia deu prosseguimento à leitura do documento sobre o manifesto. O Sr. Giovanni, da Eletronuclear, disse que a Estação Ecológica é patrocinada pela Eletronuclear e que a Unidade tem lancha e Sede Administrativa graças à Empresa. Sylvia lembrou que se tratava de uma obrigação da Empresa, de uma Compensação Ambiental garantida por lei. O Sr. Giovanni solicitou, então, que esta parte da pauta fosse realizada mais à frente, pois não queria participar da elaboração daquele documento. Sylvia lembrou que a pauta foi proposta no início da reunião, sem objeções dos presentes, e que não fazia sentido modificá-la naquele momento em que já estavam sendo discutidos os termos da manifestação. Disse que, como conselheiro, o representante da Eletronuclear poderia votar contra, a favor ou abster-se quanto ao documento. Lembrou, no entanto, que era obrigação do Conselho esta manifestação. Apesar dos argumentos, o conselheiro Giovanni e o convidado Sr. Ricardo, ambos da Eletronuclear, decidiram se retirar da reunião. A chefe da ESEC Tamoios lamentou a atitude dos representantes da Empresa. Sobre a elaboração do documento, Grazielle, do IEF propôs que fosse sugerido no documento os locais para novas audiências públicas, a fim de garantir a participação da população local. Foi sugerido que as novas audiências públicas fossem realizadas no centro de Angra dos Reis, centro de Paraty, Mambucaba e Mangaratiba. Sylvia lembrou da importância de trazer para dentro do conselho a discussão sobre medidas mitigadoras e compensatórias. Cynthia, do IPHAN falou sobre a importância de constar no documento questionamentos sobre a deposição dos rejeitos das Usinas Nucleares. Sylvia lembrou que o documento não tem a pretensão de tratar de questões específicas. Após algumas modificações no texto do documento, procedeu-se à votação do mesmo. Dos presentes, votaram a favor: AMBIG, AMAPAR, IPHAN, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, Associação de Moradores da Ilha do Araújo, IEF, AMPM, SAPÊ, Prefeitura Municipal de Paraty, Colônia de Pesca Z18. O conselheiro do IACV votou contra. O conselheiro da Capitania dos Portos absteve-se de votar.

Dando prosseguimento à pauta, Sylvia apresentou aos conselheiros as atividades realizadas e as não realizadas em 2007, a partir do Planejamento elaborado pela equipe no final de 2006. Apesar da Câmara Temática de Pesquisa ainda não ter sido criada, conforme havia sido previsto, o Núcleo de Pesquisa e Monitoramento da ESEC foi criado e encontra-se em funcionamento. O Workshop de pesquisa previsto, que seria realizado com recursos de compensação da Eletronuclear referentes à Usina de Angra 2, também não foi realizado, assim como os recursos também não foram disponibilizados. A proposta de implantação de uma base da pesquisa na Ilha do Sandri deverá ser acelerada no próximo ano, com a implantação da base sudeste do Centro de Mamíferos Aquáticos na ESEC Tamoios, bem como da sede regional da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Sudeste (REMASE). Para isso, já está acertada a remoção de um servidor do CMA para a ESEC Tamoios, com grande experiência em Centros de Pesquisa e Monitoramento. Com relação ao subprograma "Integração com a Zona de Transição", Sylvia lembrou que parte das atividades previstas não aconteceu principalmente devido ao não recebimento de recursos da compensação da Eletronuclear. Sobre o Subprograma de Educação Ambiental, lembrou que foi dado início ao processo de diálogo com os pescadores. Sylvia informou que o processo de consolidação territorial das ilhas da ESEC Tamoios andou pouco este ano, principalmente devido à lentidão das ações na Gerência Regional da Secretaria de

Patrimônio da União. Lembrou que o processo vinha andando bem até fevereiro quando o Dr. André do MPF encontrava-se à frente desta questão. Disse que em breve haveria uma reunião com a nova procuradora responsável pelo Processo e que se tentaria retomar esta agenda. Informou também que alguns Termos de Cooperação Técnica estão em andamento. Sylvania ressaltou o cumprimento do planejamento proposto nas questões referentes ao Conselho Consultivo, que entrou em funcionamento, aprovou o seu regimento interno e iniciou a criação das Câmaras Temáticas, sempre com boa participação dos conselheiros e da população em geral em todas as reuniões, dando passos importantes no sentido de realmente termos uma gestão compartilhada da UC.

Encaminhamentos: João Victal, da Bioma/Bemar falou da importância de incluir a ESEC na carta náutica. Complementou dizendo que a ESEC está ficando conhecida e que “todo mundo está ficando assustado”. Rafael, da SAPÊ falou sobre o mérito de atuação do conselho no ano de 2007 e da importância de realizar um Plano de Ação que extrapole o conselho. Almir falou da importância de disciplinar o pescador e difundir mais a ESEC. Júlio Avelar, da AMBIG falou sobre a importância de trabalhar a visão da Unidade de Conservação, devendo ser sempre focada a questão da área marinha da ESEC funcionar como berçário marinho para a Baía da Ilha Grande e que isso deve ser trabalhado na Educação Ambiental. João Victal, do Bioma/Bemar falou que o IBAMA está mudando, e está mais bem visto, principalmente devido ao início do trabalho de Educação Ambiental. Citou a atuação da ESEC nas escolas e Associações de Moradores das comunidades de Tarituba e São Gonçalo. Leandro, do ESREG Sul Fluminense falou da importância da Educação Ambiental dentre outras atividades não punitivas que auxiliam a atuação da fiscalização. Sílvia, da ESEC Tamoios lembrou que está ocorrendo um trabalho de Educação Ambiental nas comunidades de Tarituba e São Gonçalo e que, com relação à ESEC, a base do trabalho consiste em transformar a visão dos envolvidos sobre a Unidade, mostrando que a existência de áreas de exclusão de pesca tem o propósito de assegurar a continuidade do pescado na região.

Por fim, foi decidido que a próxima Reunião Ordinária será uma Oficina de Planejamento, agendada para o dia 13 de fevereiro de 2008.

ESEC Tamoios/Paraty, 14 de novembro de 2007.